

“Estou livre para agir”, revela Sarney ao PFL

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente José Sarney assegurou ontem aos membros da Executiva do PFL, em audiência no Palácio do Planalto, que agora se sente “livre” para agir na área administrativa do governo, mas que seu próximo passo será a adoção de medidas econômicas. Emocionado com a solidariedade do partido a seu pronunciamento de segunda-feira, Sarney disse que esse apoio, agora, “é mais valioso do que nunca”.

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, transmitiu ainda ao chefe do governo o desejo do partido de participar do projeto econômico, oferecendo sugestões. Sarney determinou ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, que discutisse com os membros da Executiva do PFL, as propostas que estão sendo elaboradas pelos economistas do partido. O encontro foi marcado para hoje, no Ministério da Fazenda (veja página 5).

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queirós (MT), disse, após o encontro com o presidente Sarney, que o partido se colocou na posição de “apoio” e não de “cobrador” do governo que, segundo ele, necessita, nesse momento, da colaboração da Aliança Democrática “para que possa caminhar com estabilidade”. Ele garantiu que dentro de seu partido o governo “conta com o

Governo promete ajuda a estados

O governo anuncia, na próxima semana, um programa emergencial para socorrer os estados das dificuldades financeiras, com recursos a fundo perdido, de modo semelhante ao apoio aos municípios lançado na semana passada. O anúncio foi feito pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, aos governadores de Mato Grosso, Carlos Bezerra; do Paraná, Álvaro Dias; e do Piauí, Alberto Silva.

Esses recursos adicionais aos estados — explicou Carlos Bezerra — serão repassados paralelamente ao Fundo de Participação dos Estados, que em 87 atinge cerca de Cz\$ 55 bilhões, segundo projeções da Secretaria de Articulação com Estados e Municípios.

apoio de 120, dos 134 membros da bancada.

O senador Marco Maciel entregou ao presidente Sarney o documento de apoio, assinado por todos os membros da Executiva, elogiando seu gesto em fixar o próprio mandato em cinco anos.

“Dissemos ao presidente que uma vez decidida esta questão ele terá condições de enfrentar e vencer os problemas econômicos e nos colocamos à disposição para participar de seu programa de recuperação econômica”, afirmou.

Todos os 13 membros da Executiva do partido foram unânimes em afirmar que o presidente Sarney estava “aliviado” por ter decidido a questão de seu mandato. “Tenho a impressão de que o presidente se acha agora em melhores condições para enfrentar as dificuldades. O presidente disse que pretende adotar um conjunto de medidas para superar a crise e fazer com que o país retome o seu ritmo de crescimento”, disse o senador Marco Maciel.

“Ele nos deu a impressão de ter tirado um peso dos ombros”, afirmou o deputado Saulo Queiroz.

Os membros da Executiva do PFL não aceitam a tese de que o presidente Sarney, ao definir unilateralmente seu mandato, tenha ferido a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, argumentando que ela não tem poderes para reduzir mandatos. “A Constituinte tem suas limitações”, sentenciou Saulo Queiroz.

Mais cauteloso, Marco Maciel disse que a Constituinte “é livre e soberana”.

Maciel articula apoio com os “novos”

Os “novos” do PFL (parlamentares eleitos em primeiro mandato no dia 15 de novembro do ano passado) estão sendo o alvo prioritário de um cronograma intenso de conversas que o presidente do partido, senador Marco Maciel, está cumprindo para assegurar, de sua parte, o bloco de apoio ao presidente Sarney. As avaliações são de que há hoje cerca de 10 por cento de pefelistas que ainda defendem o mandato de 4 anos, o que não é, de qualquer modo, o maior obstáculo para Maciel: ele tem tido mais dificuldade em convencer todos os liberais quanto à necessidade de manutenção da Aliança Democrática.

Maciel almoçou com um grupo de parlamentares, na terça-feira, na residência do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), e jantou com outro grupo na residência de Jayme Santana (MA), que é amigo pessoal de Sarney e tem se empenhado em promover entendimentos com o PMDB em torno de teses “consensuais” para garantir o apoio ao presidente da República. Ontem, o jantar foi na residência do deputado Aleni Guerra (PR), que mantém contatos freqüentes com a

bancada dos “novos” (em torno de 60 a 70 por cento do partido). Esses contatos resultaram na sua avaliação, antes do pronunciamento de Sarney, de que a “maioria” do PFL reivindicava “diretas-já”.

Otimismo

Maciel não iniciou ainda, segundo fontes seguras, os contatos com o PMDB com vistas à formação do grupo suprapartidário, mas é certo que esses contatos existem, através não só de Jayme Santana como do próprio Saulo Queiroz. As avaliações no PFL e PMDB em relação a números são coincidentes: haveria chances de adesão de 110 liberais (Câmara e Senado) ao bloco suprapartidário, e mais 110 deputados peemedebistas, no máximo. O total de senadores de todos os partidos dispostos a aderir chegaria a 40, acrescentando-se ainda parlamentares do PDS (cerca de 12) e PTB (19) e alguns do PDC e PL. Isto daria um total aproximado de pouco mais de 290 integrantes, o que é considerado uma avaliação “otimista” até por parlamentares que participam das articulações e admitem que por enquanto há

muito pouco de “concreto”.

A conclusão, no PFL, é a mesma resultante da harmoniosa reunião da sua Comissão Executiva: o partido marcha coeso no apoio a Sarney, o que é assegurado não só em função desses contatos como também de mecanismos fisiológicos a serem acionados. A manutenção da Aliança Democrática estaria sendo pouco absorvida pelos novos deputados por não terem participado do processo de eleição de Tancredo Neves e Sarney, o que os estaria levando à conclusão de que não têm responsabilidade nesse processo. Maciel cuida, no entanto, de aparar essas arestas, deixando claro que, em termos de bases partidárias, PMDB e PFL permanecem como adversários declarados, nos Estados. Já no PMDB, segundo os articuladores do PFL, estariam as maiores dificuldades para a formação do bloco. Um dos motivos mais fortes seria a própria sucessão presidencial: o PMDB se vê em condições (ao contrário do que ocorre com o PFL) de disputar uma eleição presidencial já no ano que vem, o que estaria contribuindo para alimentar divisões em função de possíveis candidaturas.

Jurista pede “referendum” sobre 5 anos

Rio — O jurista Miguel Seabra disse ontem que a questão do mandato do presidente Sarney poderia ser resolvida com a realização de um “referendum” popular, para que a opinião pública seja consultada e defina concretamente sua opção. “Isso se tornará plenamente viável, se houver um impasse entre o presidente da República e a Constituinte, um impasse insólito, porque o dever do presidente é o de acatar as decisões da Constituinte”.

Ao falar sobre a manifestação do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, que apoiou a manifestação do presidente Sarney, em seu discurso de segunda-feira, de que seu mandato será de cinco anos, o jurista disse que “os militares não devem se manifestar sobre o problema do mandato, que é matéria muito política”. Para ele, a não discussão do mandato até preserva as Forças Armadas.

Arinos quer Constituinte sem coação

Rio — “O Congresso Constituinte não pode ser coagido, a não ser pela violência. Ele é soberano e está baseado em 70 milhões de votos”. Esta foi a reação do presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos, ontem, na missa pelos 10 anos da morte do ex-governador Carlos Lacerda, ao comentar o pronunciamento do presidente Sarney em defesa do mandato de cinco anos.

Para ele, o pronunciamento não foi uma forma de coação aos constituintes, como considerou o presidente da OAB, porque “não alterará a posição dos parlamentares, que decidirão sobre a duração do mandato na hora apropriada”. Arinos não quis se pronunciar sobre eleições diretas, alegando que, por presidir uma comissão que vai apreciar o trabalho de outras comissões, não pode externar a sua posição política.

Nonô afirma que inflação abala Aliança

O deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL) afirmou ontem que, com uma inflação de 20 por cento ao mês, “não existe quem consiga sustentar a Aliança Democrática”. Segundo o parlamentar, se o presidente Sarney conseguir controlar a inflação, poderá obter o mandato de 5 anos “e até de seis”; mas se esse controle não ocorrer não há como assegurar cinco anos.

“Quem determina o mandato do presidente é o IBGE”, brincou Nonô, referindo-se ao cálculo da inflação. Ele acha que a questão é muito simples e não adianta ficar fazendo discurso concluindo que “a crise é política” ou que “o problema é de decisão política”. Isto, segundo frisou, é “muito bonito para dar manchete de jornal”, mas não conduz ao núcleo da questão. “Seria até desnecessário lembrar — frisou — que na época do auge do Plano Cruzado, não houve quem falasse em discutir mandato presidencial”.